



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919121	
CAPÍTULO 2	14
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.4651919122	
CAPÍTULO 3	32
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4651919123	
CAPÍTULO 4	48
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4651919124	
CAPÍTULO 5	60
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4651919125	
CAPÍTULO 6	72
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4651919126	

CAPÍTULO 7	83
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4651919127	
CAPÍTULO 8	96
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919128	
CAPÍTULO 9	108
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
DOI 10.22533/at.ed.4651919129	
CAPÍTULO 10	122
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
DOI 10.22533/at.ed.46519191210	
CAPÍTULO 11	134
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191211	
CAPÍTULO 12	147
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
DOI 10.22533/at.ed.46519191212	
CAPÍTULO 13	159
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
DOI 10.22533/at.ed.46519191213	

CAPÍTULO 14 172

ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL

Paula Fogaça
Alina Gonçalves Santiago
Dirceu Piccinto Júnior

DOI 10.22533/at.ed.46519191214

CAPÍTULO 15 190

HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Lara Jhélia de Sousa Sampaio
Mariana Luiza Bezerra Sampaio
Hanna Morganna de Deus Alves
Augusto César Barros de Moura Neiva
Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.46519191215

CAPÍTULO 16 202

A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

Alessandra Oliveira Teles

DOI 10.22533/at.ed.46519191216

CAPÍTULO 17 217

MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES

Maria Isabel Camañes Guillén

DOI 10.22533/at.ed.46519191217

CAPÍTULO 18 231

DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL

Mônica Peixoto Vianna
Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão
Hugo Fernando Calheiros

DOI 10.22533/at.ed.46519191218

CAPÍTULO 19 244

EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS

Teresa Cristina Guerra de Andrade
Maria Luiza Almeida Cunha de Castro

DOI 10.22533/at.ed.46519191219

CAPÍTULO 20	256
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.46519191220	
CAPÍTULO 21	264
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.46519191221	
CAPÍTULO 22	278
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
DOI 10.22533/at.ed.46519191222	
CAPÍTULO 23	290
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.46519191223	
CAPÍTULO 24	302
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191224	
CAPÍTULO 25	316
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191225	

CAPÍTULO 26	328
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
DOI 10.22533/at.ed.46519191226	
CAPÍTULO 27	344
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.46519191227	
CAPÍTULO 28	357
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191228	
CAPÍTULO 29	370
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
DOI 10.22533/at.ed.46519191229	
CAPÍTULO 30	380
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
DOI 10.22533/at.ed.46519191230	
CAPÍTULO 31	393
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

CAPÍTULO 32	406
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
CAPÍTULO 33	417
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
CAPÍTULO 34	424
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
CAPÍTULO 35	441
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
CAPÍTULO 36	447
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
CAPÍTULO 37	472
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
SOBRE A ORGANIZADORA	493
ÍNDICE REMISSIVO	494

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO

Amanda Regina Celli Lhobrigat

UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Artes
Campinas – São Paulo

Melissa Ramos da Silva Oliveira

UVV, Universidade Vila Velha
Vila Velha – Espírito Santo

RESUMO: Este artigo de caráter qualitativo tem por objetivo demonstrar a imparcialidade e eficácia do Inventário como instrumento analítico de um bem cultural, através do qual é possível elencar os aspectos memoráveis de um patrimônio a ser conservado resgatando a memória e o pertencimento de um grupo pela ambiência inerentes a um Patrimônio Cultural, aspecto estes a serem preservados pelo uso da documentação inventarial. Estas são abordagens relativamente recentes para o estudo arquitetônico patrimonial. O aspecto imaterial inerente a tal fatia cultural ainda causa muitas dúvidas quanto ao grau de tombamento cabível a um bem imóvel representativo, que não necessariamente, carregue em si aspectos pitorescos e de estilo construtivo arquitetônico inegável. Tais questões nos levaram a desenvolver um modelo de Documentação Patrimonial por Inventário visando perpetuar a memória e referências culturais de um imóvel na extremidade sul da cidade de São Paulo

(atual Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP-SP), fundado em 1915 por norte-americanos e europeus que vieram ao Brasil a fim de trazer sua cultura e modo de vida incomum: sistema de ensino pautado em princípios e valores sólidos, em primeira instância para formar teólogos aptos para dirigir a comunidade adventista. Tal documentação inventarial de um Patrimônio Cultural a ser apresentada neste artigo, pretende ser possível modelo de Inventário em demais bens semelhantes a este em caráter e história nas demais localidades brasileiras que guardem em si suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Memória; Documentação; Inventário; UNASP-SP.

INVENTORY AS A MEMORY CONSERVATION AND RESCUE INSTRUMENT: THE CASE OF SÃO PAULO ADVENTIST UNIVERSITY CENTER – CAMPUS SÃO PAULO

ABSTRACT: This qualitative article aims to demonstrate the impartiality and effectiveness of the Inventory as an analytical instrument of a culture good, through which it is possible to list the memorable aspects of a heritage to be conserved by rescuing the memory and belonging of a group by the inherent ambience. Culture Heritage, an aspect to be preserved using inventory documentation. These are

relatively recent approaches to heritage architectural study. The immaterial aspect inherent in such a cultural slice still raises many doubts as to the degree of tipping applicable to a representative immovable property, which does not necessarily carry picturesque aspects and an undeniable architectural constructive style. These question led us to develop an Inventory Heritage Documentation model aimed at perpetuating the memory and the cultural references of a property on the southern tip of São Paulo (present-day Adventist University of São Paulo – UNASP-SP), founded in 1915 by the north-Americans and Europeans who came to Brazil to bring their culture and unusual way of life: education system based on sound principles and values, in the first instance to train theologians able to lead the Adventist community. Such inventory documentation of a Cultural Heritage to be presented in this article, is intended to be possible Inventory model in other goods like this one in character and history in other Brazilian localities that keep their specificities.

KEYWORDS: Heritage; Memory; Documentation; Inventory; UNASP-SP.

1 | INTRODUÇÃO

Patrimônio é um conceito abrangente, associado à noção de herança. Se considerarmos a etimologia da palavra patrimônio, verificamos que ela se forma a partir da composição de dois vocábulos: *pater* e *nomos*. *Pater* designa tanto pai, o chefe da família ou os avós na esfera restrita, quanto o fundador, o criador ou os antepassados, no sentido mais amplo. No passado, era o legado do pai ao filho, aquilo que deveria servir para a geração seguinte, ou seja, os bens, haveres ou heranças, tanto materiais quanto espirituais. *Nomos* significa lei. Nesse sentido, *pater+nomos* refere-se justamente à herança legada pelos antepassados enquanto fundadores e criadores do nosso presente. Porém, é a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras.

Da etimologia desprendemos o sentido que o patrimônio toma para nós: refazer nosso contato com as origens que fundaram o corpo social e a comunidade à qual pertencemos. Possui, portanto, a função de rememorar acontecimentos significativos. De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9), “a memória é a vida sempre alcançada pelos grupos viventes (...), ela está em evolução permanente”, ou seja, a memória é uma evocação do passado. Santo Agostinho (1999, p. 22) revelou que a memória não é simplesmente uma lembrança ou recordação das coisas, mas sim uma maneira de evocar os nossos laços passados, que não podemos mais acessar.

Nora (1993, p. 9) ressalta que para enraizar nossas memórias precisamos de artefatos físicos e/ou datas comemorativas criadas, visto que nossa tendência natural é a de esquecer-nos com grande rapidez dos importantes feitos do passado visto que focamos em demasia no futuro. Originamos assim o que ele denominou de “lugares de memórias”:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização (sic.) de nosso mundo que faz aparecer a noção. (...) são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. (...) sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (...) Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993, p. 12 e 13).

A ligação afetiva entre o artefato a se preservar e a população já era uma preocupação dos promotores de conservação e preservação na década de 70 (séc. XX), como bem podemos ver na Declaração de Amsterdan de 1975: “(...) o patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, se preocupar mais intensamente com essa matéria” (AMSTERDÃ, 1975, p. 2). Portanto, como apontado por Lhobrigat (2017, p. 20 e 21):

Destaca-se ainda que, muito mais do que características de linguagem arquitetônica deve nortear a escolha por uma preservação do bem em questão. Deve-se levar muito em consideração o que e como determinado bem interferiu e ainda interfere no modo de vida de uma comunidade local, e o fato de como isso se transfere para a construção de uma sociedade que em base é, ou deveria ser, transformada por sua educação.

A partir do entendimento do conceito de preservação como análise crítica do passado, efetuada no presente visando as consequências e reflexões no futuro, a construção da memória cultural é fruto da herança deixada a nós por nossos antepassados. Tal enunciação deve ser a base para seleção pública de bens a serem tombados [instrumento pertencente ao Estado como determinação legislativa que identifica bens culturais com relevância emblemática para a história e a memória de uma localidade. Através do qual “(...) se impede, por meio de restrições administrativas ao direito de propriedade, a sua destruição e assegura a tutela do patrimônio cultural. (...)] (OLIVEIRA, FERREIRA e GALLO, 2017, p. 227).] e/ou para ações privadas de conservação de bens arquitetônicos que contem a história de uma comunidade. Para que não sejamos “engolidos” pela tendência da modernidade de constante renovação e preferência pelo novo que pelo antigo:

(...) a tendência moderna de fazer sempre novo: a vida moderna do ano que vem parecerá diferente da deste ano; todavia, ambas farão parte da mesma era moderna. O fato de que você não pode pisar duas vezes na mesma modernidade tornará a vida moderna especialmente indefinível, difícil de aprender. (...) Por fim, é crucial observar o uso da fluidez (“existências fluidas”) e da qualidade atmosférica (“o maravilhoso nos envolve e nos embebe como uma atmosfera”), como símbolos das características específicas da vida moderna. Fluidez e qualidade atmosférica se tornarão atributos fundamentais na pintura, na arquitetura, e no *design*, na música e na literatura modernistas, autoconscientes, que emergirão no fim do século XIX. Tais

atributos serão encontrados também, nos mais profundos moralistas e pensadores sociais da geração de Baudelaire, e posteriores – Marx, Kierkegaard, Dostoiévski, Nietzsche – para os quais o fato básico da vida moderna é o fato de que, como se lê no *Manifesto Comunista*, “tudo que é sólido se desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p. 139-141).

A análise da herança de gerações passadas para nosso presente e futuro, tem sido alterada; passando de motivos simplesmente pragmáticos e econômicos para um aspecto que em síntese, apresenta caráter cultural. Neste sentido, Kühl salienta que neste novo modelo de preservação devem-se levar em consideração os seguintes pontos: “(...) estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens.” (KÜHL, 2011, p. 2).

Este artigo relaciona a história, o senso de pertencimento e as memórias do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP) e a importância da realização detalhada de um Inventário Documental para embasamento norteador na ação de conservação e preservação de um bem cultural.

2 | INVENTÁRIO DOCUMENTAL E BENS CULTURAIS

O conhecimento do objeto de estudo é fundamental para que se tenha uma abordagem científica no tratamento das questões de conservação do patrimônio cultural edificado, e assim estabelecer parâmetros que balizem os limites considerados admissíveis às intervenções de restauração ou conservação preventiva [Entende-se por conservação preventiva o conjunto de medidas que devem ser tomadas para prevenir o aparecimento de danos em uma edificação. “Assim como a medicina preventiva, ela trabalha prevenindo os problemas e dentro do possível evitando que eles aconteçam. Assim como a um paciente, você examina a edificação e administra vacina no momento certo para evitar a enfermidade” (GRUPO TAREFA, 1999, pg. 16).]. Na área de patrimônio, uma das técnicas mais utilizadas para levantamento é o inventário, que se caracteriza como uma operação permanente, dinâmica e sistemática, visando o cadastro de manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formas, e de potencialidades naturais.

A constituição Federal defende a realização de inventários em seu artigo 216, parágrafo primeiro, afirmando que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acatamento e preservação”. A Unesco, consciente das ameaças surgidas com a sociedade industrial ao patrimônio da humanidade, aprovou na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (PARIS, 1972) a realização de inventários nacionais como base para a cooperação internacional na proteção do

Patrimônio Mundial em perigo (Art. 11).

A Declaração de Amsterdã ressalta a importância da difusão de inventários como base para a conservação:

Seria desejável que esses inventários fossem largamente difundidos, notadamente entre autoridades regionais e locais, assim como entre os responsáveis pelo planejamento físico-territorial e pelo plano urbano como um todo, a fim de chamar sua atenção para as construções e zonas dignas de serem protegidas. Tal inventário fornecerá uma base realista para a conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a gestão dos espaços (IPHAN, 1995, pg. 234).

Em virtude da evolução da interpretação e valorização de bens culturais apontada acima, e em decorrência de que com esta nova postura se dissociou o simbolismo de um bem unicamente material e de identificação notável arquitetônica e/ou artística para o reconhecimento de lugares e memórias de determinadas comunidades, surgiu a necessidade de criação de parâmetros de análise dos bens culturais do UNASP-SP. Um destes parâmetros é o que denominamos Inventário Documental, que de acordo com Ariano e Guimarães (2011, p. 1) é: “(...) o mapeamento dos documentos. A partir dele, pode-se identificar bens culturais, avaliar sua historicidade e assim criar condições para que as referências culturais mais significativas sejam alvo de registro e de planos de salvaguarda”.

Bens culturais têm causado muita polêmica quanto à sua definição. Mas no caso do UNASP-SP é clara a identificação de que além da materialidade de edifícios ali presentes desde sua fundação em 1915 (os quais em sua maioria não apresentam valor por seu estilo arquitetônico característico), seu valor cultural encontra-se na imaterialidade da história e do modo de vida de um grupo da sociedade brasileira e até mundial (por oferecer estudo para alunos provenientes de diversas partes do Brasil e do mundo), que é impressa em uma implantação que originalmente pertencia a uma fazenda que deu origem à ocupação urbana da extremidade sul da cidade de São Paulo – o bairro do Capão Redondo –, e hoje é um oásis na paisagem degradada desta periferia. Permitindo-nos vivenciar na prática o conceito de ambiência bem descrito por Lynch (2000, p. 13):

Um cenário físico vivo e integrado, capaz de gerar uma imagem nítida. Desempenha em si mesmo uma função social. Pode proporcionar a matéria prima para os símbolos e recordações coletivos de comunicação do grupo. Uma paisagem chamativa é o esqueleto que muitos povos primitivos aproveitam para erigir seus mitos de importância social. As recordações em comum da “pátria mãe” tem sido frequentemente os primeiros pontos de contato entre os soldados durante uma guerra. Uma imagem ambiental eficaz confere a seu possuidor uma forte sensação de segurança afetiva. Pode este estabelecer uma relação harmoniosa entre o expectador e o mundo exterior. Isto constitui o extremo oposto do medo provocado pela desorientação; significa que a doce sensação do lugar é mais forte quando o lugar não somente é familiar como também característico. (tradução livre nossa).

Ressaltamos ainda que tais bens devam ser dotados de aspectos representativos que os identifique e difira dos demais lugares da cidade. Para que isso ocorra, conforme Oliveira, Ferreira e Gallo (2017, p. 215), tais espaços “(...) devem possuir uma ‘vontade de memória’ e demonstrar na sua origem um propósito memorialista que garanta sua identidade. O que os constitui é um jogo entre a memória e a história (Conceitos não sinônimos, sendo concomitantemente descrição do que já ocorreu e não passível de repetições idênticas e sob mesmas circunstâncias. Ou seja, memória é o que foi vivenciado, e a história é a lembrança intelectual de tal vivência.), uma interação dos dois fatores que leva a uma sobredeterminação recíproca.”.

3 | CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – UNASP-SP: UM POUCO DE HISTÓRIA

No âmbito desta discussão, podemos afirmar que o UNASP-SP é um bem imóvel representativo com alto valor simbólico constituindo um patrimônio cultural, tanto para a cidade de São Paulo quanto para o restante do Brasil e mundo por receberem cidadãos formados por esta instituição de ensino há mais de 103 anos.

Fundado em 1915 por imigrantes teuto-americanos que vieram ao Brasil a fim de trazer sua cultura e modo de vida incomum: sistema de ensino pautado em princípios e valores sólidos, em primeira instância para formar teólogos aptos para dirigir a comunidade adventista que de acordo com Centro White havia iniciado a se estabelecer no sul do Brasil (inicialmente na cidade de Brusque – SC) em 1879, com a distribuição de literatura religiosa e instituição de ensino. A organização religiosa adventista tem representação mundial (em mais de duzentos países). Tal visão fez com que imigrantes norte-americanos adventistas do sétimo dia adquirissem uma fazenda de cerca de oitenta alqueires constituída por mata nativa, represas, pastos e terras de plantio motivados a proporcionar uma vida saudável, em meio à natureza e ar puro, que de acordo com seus princípios é fator imprescindível para o desenvolvimento adequado de formação profissional e de caráter de um cidadão. Tal propriedade sofreu inúmeras desapropriações por parte da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo (PMSP), de acordo com Hosokawa et al (2010), em sua maioria para construção de habitações de interesse social. Atualmente conta com aproximadamente 12 alqueires (300 mil metros quadrados) de terreno, com 53 mil metros quadrados de área construída. Originalmente nasceu em sistema de internato separado por gênero, característica esta que se mantém crescente até a atualidade. Um modelo de vida incomum para uma cidade como São Paulo e que tem atraído novos alunos, nacionais e internacionais, a cada ano para os diversos cursos (desde o berçário até o de pós-graduação em diversas áreas do saber científico, o curso

de teologia foi transferido na década de 90 – séc. XX – para o campus II no interior de São Paulo, na cidade de Engenheiro Coelho). Conserva seu caráter confessional inicial, e em sua história guarda um valor histórico-cultural intangível.

Dados de 2015, fornecidos pelo departamento de patrimônio da Instituição, apresentava um total de 5.052 alunos matriculados no campus São Paulo. E apesar de originalmente ter contado com lavoura e apenas um edifício que apresentava todo o programa arquitetônico necessário para o bom desenvolvimento de suas atividades, de acordo com Lhobrigat (2017, p. 37): “(...) setor administrativo, quartos, refeitório, capela (...)”, hoje é um complexo com 53 mil metros quadrados de área construída. Não há mais lugar para a lavoura, mas as áreas verdes estão em muitas partes preservadas.

Outro aspecto importante a ser considerado no que se refere ao seu valor cultural ligado à comunidade que o habita, é o fato de que pelo princípio da auto-sustentabilidade advindo da filosofia desta Instituição de ensino, na qual os alunos contribuem com parte de seu tempo de trabalho para custear uma porcentagem ou integralmente seus estudos (isso nos anos mais iniciais da Instituição, atualmente por questões legislativas do Estado só é permitido custear com o trabalho até uma porcentagem da mensalidade, para que não se demande muito tempo ao serviço em detrimento dos estudos), portanto a ligação dos usuários com os bens edificados seja ainda maior. Não encontramos registros no arquivo do UNASP-SP de arquitetos e/ou engenheiros responsáveis por projeto da maioria das edificações (com exceção do templo que data da década de 1970), o que conota que as construções foram realizadas baseadas na experiência de cada colaborador e/ou aluno.

Com um cenário de baixa conservação do antigo e risco eminente de total descaracterização com consequente perdas de memória desta comunidade, compreendemos a motivação de um ex-aluno desta Instituição solicitar junto ao CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) o tombamento da mesma. Visando proteger as edificações que ainda guardam ricos aspectos de sua originalidade e contam a história da evolução deste grupo social, das constantes transformações e renovações da sociedade contemporânea. Processo de tombamento este de número: 2012-0.280.608-9, que nos motivou a realizar este estudo. Para o qual foi indispensável o desenvolvimento de um caderno de inventário documental com fichas próprias, as quais atendessem as especificidades deste complexo arquitetônico cultural.

4 | FICHAS DE INVENTÁRIO

Para suprir a necessidade de explanação e caracterização individual dos bens indicados a tombamento, bem como uma maneira de contribuir para sua melhor

preservação desenvolveu-se um inventário dos bens materiais do UNASP-SP. Tendo como objetivo delinear as principais características tipológicas e estilísticas do bem em estudo, além de mapear o seu estado de conservação e preservação.

O inventário estruturou dois modelos de fichas. O primeiro deles, tipo I, foi o aplicado para o complexo arquitetônico total da Instituição. A qual é mais abrangente e contém menor quantidade de itens que a ficha do tipo II. Sendo composta pelas seguintes variáveis: denominação, localização, município, data de início da implantação, proteção existente/proposta, perigos potenciais, caracterização do entorno, situação e ambiência, mapa de localização, foto do complexo, fontes de pesquisa, e ficha técnica. Já a ficha de tipo II foi desenvolvida para a identificação e caracterização de cada bem considerado como patrimônio cultural. Apresenta todos os itens da ficha I, sendo acrescentados os seguintes pontos: estilo arquitetônico (descrição arquitetônica/identificação gráfica), observações para grau de caracterização e estado de conservação, breve histórico, foto da fachada ao invés de foto do complexo, documentação fotográfica, e desenhos técnicos (quando encontrados caso a caso). Como base para o desenvolvimento destas fichas, tomamos os levantamentos oficiais do Rio de Janeiro, Uberlândia e Bahia. Nas Figuras 01 e 02 temos a estrutura do Inventário desenvolvido.

O critério de preenchimento das fichas foi baseado na classificação de aspectos relativos a duas categorias, sendo elas: estado de conservação e grau de alteração. As quais foram subdivididas da seguinte forma: estado de conservação - excelente (quando o bem se encontra em perfeito estado físico do ponto de vista de desempenho de seus materiais, conforto e estética); bom (quando o bem se encontra em estado físico conservado, mas não apresentando plenitude no desempenho de seus materiais, conforto e estética); regular (referindo-nos ao estado parcialmente deteriorado do bem em relação a seus materiais, conforto e estética); e ruim (considerando que o bem não está bem conservado em relação à seus materiais, conforto e estética prejudicados pela ação do tempo e falta de conservação humana do bem em questão).

preservado totalmente (quando o bem se encontra preservado, tanto interna quanto externamente, em todos os elementos volumétricos e estéticos em comparação com registros fotográficos antigos e/ou tendo por base registros de desenho técnico, ou ainda entrevistas orais a antigos e atuais usuários do UNASP-SP); preservado parcialmente (quando o bem foi descaracterizado interna ou externamente de seus aspectos originais registrados pictoricamente, em memória dos usuários deste complexo arquitetônico, ou ainda por desenhos técnicos do arquivo do UNASP-SP); e descaracterizado (classificação empregada quando o bem se encontra completamente divergente de seus aspectos estéticos e volumétricos originais, tanto interna quanto externamente em comparação com os registros já mencionados nas duas subcategorias anteriores). Para indicação de entrevistas realizadas com usuários do UNASP-SP utilizamos apenas as iniciais de seus nomes e o ano em que se deram tais entrevistas. Tomamos por base as informações apresentadas neste inventário e demais desenvolvidas ao longo da monografia teórica para elaboração do Plano Estratégico para esta instituição de ensino.

Apresentamos ainda, para alguns bens, itens como Perigos Potenciais (sendo considerados aspectos arquitetônicos e urbanísticos para esta descrição) e Situação e Ambiência (neste item procuramos demonstrar em palavras aspectos que o "lugar UNASP-SP" permite cada usuário vivenciar e sentir em função de sua forma de implantação e/ou arquitetura). No caso do presente trabalho de pesquisa com objeto de estudo o UNASP-SP, compôs-se um Caderno de Inventário com total de 12 fichas. A primeira delas refere-se ao complexo arquitetônico UNASP-SP em linhas gerais; as fichas 2 a 10 são referentes a bens inerentes ao perímetro indicado para tombamento pela equipe de arquitetura Ditolvo (2016); e as fichas 11 e 12 são de bens que não foram indicados para tombamento por tal equipe de arquitetura, mas que as presentes pesquisadoras acharam por bem realizar a indicação dos mesmos, aspecto este que serviu de base para algumas das diretrizes do Plano Estratégico que foi desenvolvido em segunda etapa deste trabalho de pesquisa.

4.1 Desdobramentos do Inventário

Este Inventário academicamente foi base para o desenvolvimento de produtos de Educação Patrimonial elaborados como produto final do trabalho de graduação de Arquitetura e Urbanismo em questão. Realizamos um roteiro de visitação histórico, o qual é um resumo das fichas de inventário e visa nortear as visitas guiadas que ocorrem periodicamente na Instituição, seja por alunos de escolas da mesma mantenedora para apresentação da Instituição ou por cidadãos em geral da cidade de São Paulo.

O segundo produto desenvolvido foi uma cartilha com orientações e diretrizes para melhoramento dos "espaços públicos" do UNASP-SP em especial a

acessibilidade dos passeios que para receber melhor seus usuários foram propostos dois tipos de calçada (das com presença de leito carroçável e das internas ao conjunto de edificações e que estão mais distantes do leito carroçável). Projetamos também mobiliários urbanos adequados à realidade atual do UNASP-SP cuidando para que sejam rapidamente identificáveis como artefatos novos e contemporâneos evitando o falso histórico, dentre eles são: bancos e assentos fixos, abrigos em pontos de embarque e desembarque e bebedouros. Encontramos no mercado com linguagem semelhante à alcançada em projeto as lixeiras e postes de iluminação pública. Foram previstos ainda nesta cartilha os tipos de rebaixamento de calçadas a serem adotados, faixas elevadas de travessia, instalação adequada de pisos táteis direcionais e de alerta. Os principais objetivos destas medidas pontuados na cartilha, supra citada denominada como ‘VALORIZAÇÃO DOS BENS HISTÓRICOS PELA ACESSIBILIDADE’, são: “Valorizar a escala do pedestre; Aumentar a visibilidade dos bens históricos; Proporcionar deslocamentos saudáveis; Criar locais de breves encontros e pequena permanência; Gerar segurança e acessibilidade aos usuários.” (LHOBRIGAT, 2017, p. 2).

Por fim criamos um protótipo de folder para o edifício em que houve menos modificações no decorrer dos anos. O intuito é que ele seja desenvolvido para cada bem pela própria Instituição para propagar sua Educação Patrimonial. Em sua capa contém a foto que melhor caracteriza o bem em questão com sua respectiva identificação, contendo em seu interior um breve histórico, plantas e corte simplificados e resumo do relatório fotográfico.

Profissionalmente este caderno de Inventário bem como o caderno de TFG foi entregue no mês de abril de 2018 ao CONPRESP, por solicitação de seus técnicos e conselheiros em visita à Instituição, para melhor nortear e embasar a decisão final do tombamento. A finalização do processo de tombamento ainda não se deu, mas já vimos aplicação prática da documentação inventarial sendo tomada como material de apoio a um órgão Estatal. Bem como, está nas mãos dos administradores desta Instituição adotar as medidas para preservação e conservação das memórias e identidades deste Bem Cultural.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se neste artigo a importância da elaboração de Documentação Patrimonial por Inventário para a preservação e conservação da memória e identidade de um bem cultural. Partimos da caracterização patrimonial epistemologicamente bem como da caracterização e notas de importância dessa ferramenta documental de acordo com as organizações mundiais de preservação, passando em sequência aos conceitos de memória, pertencimento e ambiência. Aspectos estes demonstrados na

prática pelo estudo do histórico do Bem Cultural que tomamos neste ensejo como estudo de caso, o UNASP-SP.

O objetivo principal foi demonstrar que o Inventário é um instrumento imparcial e eficaz na análise de um bem cultural, por meio do qual é possível catalogar os aspectos memoráveis de um patrimônio a ser conservado. Evitando assim que o tempo apague as heranças deixadas a nós pelo passado, para chegarmos ao futuro menos fragmentados e possuidores de uma identidade que nos caracterize como um povo que compreendeu a importância da conservação de sua memória. O que se não compreendermos, como pontuado por Gallo (2015), tem desencadeado o esvair da congruência perceptiva da realidade que nos rodeia. Visto que o frenesi da era que busca insaciavelmente a velocidade do progresso, traz rupturas à memória particular ou comunitária gerando uma distância entre a pessoa do que é o primordial, o transcorrido e a recordação.

Por fim, demonstramos analiticamente a composição autoral das fichas deste inventário. As quais foram desenvolvidas de acordo com as especificidades da Instituição acima retratada. Mas que pode servir de base para a Documentação Patrimonial de outros bens que guardem em si especificidades semelhantes às deste estudo de caso. Tendo sido expostos os desdobramentos acadêmicos e profissionais, até o presente momento, da aplicação deste registro.

REFERÊNCIAS

AMSTERDÃ. **Declaração de Amsterdã**: Congresso do patrimônio arquitetônico europeu – conselho da Europa. 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 19.mar.2018.

ARIANO, Heloisa Afonso; GUIMARÃES, Thereza Martha B. Presotti. Inventário Documental do Patrimônio Imaterial de Mato Grosso: breve discussão dos resultados. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais...** São Paulo, junho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308188658_ARQUIVO_textoparaanpuh50anosdoc972003.pdf> Acesso em: 16.abr.2018.

BERMAN, Max. **Tudo que é sólido se desmancha no ar** – A aventura da modernidade. Ed. Schwarcz Ltda, 1ª reimpressão. 1986.

CENTRO WHITE. **Datas importantes da Igreja Adventista no Brasil**. Disponível em: <<http://www.centrowhite.org.br/iasd/desenvolvimento-cronologico-da-iasd-no-brasil/>> Acesso: em 15.mar.2018

DITOLVO. **Patrimônio e Identidade**: Instituto Adventista de Ensino. Laudo Técnico, 2016.

GALLO, Haroldo. Arqueologia, arquitetura e cidade: a preservação entre a identidade e a autenticidade. In: **Patrimônio: Atualizando o debate**. 2ª ed. ampliada. São Paulo: IPHAN, 9ª SR, 2015.

GRUPO TAREFA. IPHAN. Programa Monumenta/BID. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Brasília: Iphan, 1999.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

HOSOKAYA, Elder. *et. al.* Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista Click UNASP** – Edição comemorativa 95 anos. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. **Ideias em Destaque**, v. 36. 2011. p. 86-100.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. 4ª ed. Barcelona: GG Reprints, 2000.

LHOBRIAT, Amanda Regina Celli. **Centro Universitário Adventista de São Paulo**: Resgate e valorização do seu Patrimônio Cultural. 2017. Monografia (Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, n. 10, São Paulo: PUC-SP, dez. 1993. p. 07-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 28.mar.2018.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; FERREIRA, Cláudio Lima; GALLO, Haroldo. Memórias (in) visíveis: reflexões sobre o centro de Campinas-SP. **Revista Ara**, n. 3, Primavera+Verão, 2017. p. 209-230. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/139432/134768>> Acesso em: 28.mar.2018.

PARIS. **Recomendação Paris** – Proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>> Acesso em: 25.mar.2018.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. J. Oliveira e Ambrósio Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção “Os Pensadores”.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

